

Qualidade da informação contábil e fiscal governamental: um extrato de Rondônia

Quality of government accounting and tax information: an extract from Rondônia

Calidad de la información contable y tributaria del gobierno: un extracto de Rondônia

Recebido: 20/02/2022 | Revisado: 02/03/2022 | Aceito: 06/03/2022 | Publicado: 12/03/2022

Renilson Marques Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4299-3675>
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: renilsonmarquespb@gmail.com

Liliane Maria Nery Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5049-2280>
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: lilianenery@unir.br

Odirlei Arcangelo Lovo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0576-9284>
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: oalovo@gmail.com

Eleonice de Fátima Dal Magro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0234-0282>
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: eleonice@unir.br

Cleberson Eller Loose

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0119-4807>
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: clebersonloose@unir.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a qualidade da informação contábil e fiscal governamental do Estado de Rondônia e seus municípios junto ao sistema de informações contábeis e fiscal do setor público brasileiro (SICONFI) e sua relação com a quantidade de habitantes e área territorial. Foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada, com utilização de fontes secundárias e bibliográficas, com abordagem qualitativa, dedutiva quanto ao método e exploratória no tocante a finalidade. A coleta de dados foi realizada na página eletrônica oficial do Tesouro Nacional. Dentre os resultados observou-se que o Estado de Rondônia ocupa o 4º (quarto) lugar no ranking dos 27 (vinte e sete) estados da federação, superando estados mais antigos e com contingente populacional maior, tais como: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, entre outros. Dentre os municípios mais bem colocados do estado de Rondônia figuram Santa Luzia d'Oeste, Cerejeiras e Ji-Paraná. Como resposta ao problema da pesquisa, identificou-se que não há correlação entre a qualidade da informação governamental prestada apresentada no ranking com o contingente populacional e a área territorial, a exemplo do estado de Rondônia e do município de Santa Luzia d'Oeste que é o 1º (primeiro) colocado no ranking, apesar de possuir um contingente populacional de apenas 6.216 (seis mil, duzentos e dezesseis habitantes) e área territorial de 1.197.796 km² (um milhão, cento e noventa e sete mil, setecentos e noventa e seis quilômetros quadrados), menor que muitos municípios que obtiveram piores colocações.

Palavras-chave: Informação Fiscal; Informação Governamental Contábil; Qualidade; Siconfi; Rondônia.

Abstract

The present study aimed to analyze the quality of governmental accounting and fiscal information in the State of Rondônia and its municipalities in the Brazilian public sector accounting and fiscal information system (SICONFI) and its relationship with the number of inhabitants and territorial area. An applied research was carried out, using secondary and bibliographic sources, with a qualitative approach, deductive in terms of method and exploratory in terms of purpose. Data collection was carried out on the official website of the National Treasury. Among the results, it was observed that the State of Rondônia occupies the 4th (fourth) place in the ranking of the 27 (twenty-seven) states of the federation, surpassing older states and with a greater population contingent, such as: Rio Grande do Sul, Holy Spirit, among others. Among the best placed municipalities in the state of Rondônia are Santa Luzia d'Oeste, Cerejeiras and Ji-Paraná. In response to the research problem, it was identified that there is no correlation between the quality of the governmental information provided presented in the ranking with the population contingent and the territorial area, such as the state of Rondônia and the municipality of Santa Luzia d'Oeste, which is the 1st (first) in the ranking, despite having a population of only 6,216 (six thousand, two hundred and sixteen inhabitants) and a territorial area of 1,197,796 km² (one million, one hundred and ninety-seven thousand, seven hundred and ninety-seven six square kilometers), smaller than many municipalities that obtained worse rankings.

Keywords: Tax Information; Accounting Government Information; Quality; Siconfi; Rondônia.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo analizar la calidad de la información contable y fiscal gubernamental en el Estado de Rondônia y sus municipios en el Sistema de Información Contable y Fiscal del Sector Público Brasileño (SICONFI) y su relación con el número de habitantes y área territorial. Se realizó una investigación aplicada, utilizando fuentes secundarias y bibliográficas, con un enfoque cualitativo, deductivo en cuanto a método y exploratorio en cuanto a finalidad. La recolección de datos se realizó en el sitio web oficial del Tesoro Nacional. Entre los resultados, se observó que el Estado de Rondônia ocupa el 4° (cuarto) lugar en el ranking de los 27 (veintisiete) estados de la federación, superando estados más antiguos y con mayor contingente poblacional, como: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, entre otros. Entre los municipios mejor ubicados del estado de Rondônia se encuentran Santa Luzia d'Oeste, Cerejeiras y Ji-Paraná. En respuesta al problema de investigación, se identificó que no existe correlación entre la calidad de la información gubernamental proporcionada presentada en el ranking con el contingente poblacional y el ámbito territorial, como el estado de Rondônia y el municipio de Santa Luzia d' Oeste, que ocupa el 1° (primero) en el ranking, a pesar de tener una población de solo 6.216 (seis mil doscientos dieciséis habitantes) y una extensión territorial de 1.197.796 km² (un millón ciento noventa y siete mil , setecientos noventa y siete seis kilómetros cuadrados), menor que muchos municipios que obtuvieron peores rankings.

Palabras clave: Información sobre los impuestos; Contabilidad Información Gubernamental; Calidad; Siconfi; Rondônia.

1. Introdução

Com vistas a fomentar a melhoria da qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil, tanto pelo Tesouro Nacional quanto pelos diversos usuários da informação, a Secretaria do Tesouro Nacional criou o ranking da qualidade da informação contábil e fiscal para avaliar a consistência das informações recebidas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), (Brasil, 2020a).

As principais ferramentas para a gestão e a administração do Governo Federal são denominadas sistemas estruturadores e estão sendo operados pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Esses complexos sistemas são essenciais, executados em mainframe e largamente utilizados pelo setor público, armazenam informações vitais para o funcionamento do aparelho estatal em diferentes processos (Cinirão & Bizelli, 2013).

As informações disponibilizadas pelo Siconfi, são processadas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) que foi criado pela Lei nº 4.516/1964. Trata-se da maior empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação do Brasil e está vinculada ao Ministério da Economia. Possui como atividade central a prestação de serviços em tecnologia da informação notadamente ao setor público brasileiro, sejam órgãos federais, estaduais ou municipais. Sua prestação de serviços em rede abrange todo o território nacional (SERPRO, 2020).

O ranking da qualidade da informação contábil e fiscal foi criado em 2018 a qual recebe as informações por meio do Siconfi e posteriormente disponibiliza para acesso ao público. A primeira versão do ranking foi baseada nos dados de 2018 e utilizou verificações simples, como a verificação da igualdade de valores entre relatórios diferentes. O ranking é dividido em quatro dimensões de avaliação, sendo: gestão da informação; contábil; fiscal; e contábil x fiscal. Ressalta-se que esta última não foi utilizada em 2018 (Brasil, 2019).

Para o ano seguinte desenvolveu-se duas versões do ranking, sendo: um responsável pela consolidação; esta versão verifica os dados que estavam na base de dados do Siconfi no dia 02/06/2020 e o outro, online; versão que olha para última informação existente na base de dados do Siconfi. Essa versão é atualizada diariamente e reflete eventuais correções que forem efetuadas nas declarações após a data de corte utilizada para a consolidação das contas públicas (CRC-MG, 2020; Brasil, 2019).

Na busca de um maior aperfeiçoamento, para os próximos anos, o ranking trará ainda mais inovações, como a inclusão da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) no rol de informações avaliadas, o cruzamento dos dados do Siconfi com outras bases de dados, a criação de notas para o desempenho dos entes etc. Ainda está sendo avaliado se será uma nova dimensão ou se essas verificações serão inseridas nas já existentes (SICONFI,2020).

A qualidade da informação contábil tem sido discutida com muita intensidade quanto à utilidade informacional nos processos de tomada de decisão e de controle no âmbito das organizações administrativas. Essas discussões revelam a importância da contabilidade como mecanismo construtor de informação organizacional (Araújo & Calado, 2017).

No âmbito da administração pública, os impactos sobre a utilidade da informação contábil tomam maior proporção do que àquelas oriundas do setor privado, uma vez que existe um maior nível de complexidade nas relações com os diversos stakeholders dessa informação e, além disso, a constante preocupação com a eficiência das ações de governo e a constatação de que as informações na administração pública são, por muitas vezes distorcidas, outras ocultas e insuficientes, o que impõe a existência de sistemas de controles internos adequados que permitam a redução da assimetria da informação (Cavalcante & Luca, 2013).

Diante do exposto e da atualidade do tema, busca-se responder a seguinte questão: Qual o nível da qualidade da informação contábil do estado de Rondônia e dos seus municípios?

Desse modo, a pesquisa tem por objetivo analisar o nível da qualidade de informação contábil do Estado de Rondônia e dos municípios, a posição em comparação aos demais estados brasileiros à luz do ranking divulgado pelo Tesouro Nacional por meio dos seguintes objetivos específicos: I. comparar o estado de Rondônia com os demais estados brasileiros; II. Destacar os municípios do estado de Rondônia que estão melhor posicionados no ranking, bem como evidenciar os municípios que ocupam as piores colocações; e; III. Identificar os pontos fortes e fracos dos municípios de Rondônia no que tange a qualidade da informação contábil e fiscal.

O presente estudo justifica-se por reconhecer a importância das características da qualidade da informação contábil e fiscal governamental agregando com a relevância para o Estado de Rondônia, pois nota-se um baixo número de estudos relacionados ao tema. Assim, busca-se refletir e discutir, baseado em literaturas relacionadas, partindo do pressuposto de que a informação contábil governamental busca atender diversos *stakeholders*.

Foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza aplicada a partir de fontes secundárias oriundas de informações governamentais e pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Foi utilizado o método dedutivo em razão da análise das informações gerais em nível de Brasil para se obter as informações particulares referentes ao Estado de Rondônia.

1.1 Qualidade da informação governamental

Conforme enfatiza Araújo et al (2012), os estudos desenvolvidos com o enfoque na Qualidade da Informação são fundamentais para o enfrentamento das dificuldades no trato com a informação cotidiana, partindo do pressuposto que dado e informação são sinônimos.

Para acompanhar as transformações globais e se manter competitiva a administração pública brasileira precisou se adaptar e lançar mão de novas tecnologias gerenciais, visando dar maior transparência a sociedade, mesma forma que o setor privado. Dessa forma competitividade, a globalização e as novas tecnologias tornaram-se desafios a serem enfrentados e implantados também pelas entidades governamentais (Paludo, 2010).

No entendimento de Andrade (2020), o termo qualidade pode ser utilizado e precedido de adjetivos como má, boa ou excelente e representa o grau em que um conjunto de características correlacionam-se a um determinado objeto, no intuito satisfazer determinados requisitos. Por outro lado, o conceito de informação está associado a dados significativos inseridos em sistema que devem ser entendidos como fatos sobre um objeto, que podem estar relacionados tanto a uma entidade como a um item.

Segundo Barbosa (2000), as ferramentas da qualidade têm como finalidade organizar e estruturar o processo produtivo, contribuindo na análise e tratamento dos dados, levantamento estatístico, detecção de falhas e busca de soluções, a qual auxilia o gestor no processo decisório.

Diferente do setor privado, o setor público não visa lucro, assim a tendência é que otimize seus recursos, reduzindo os custos, na busca pela excelência nos serviços oferecidos a sociedade. Logo, espera-se que o profissional do setor público, sendo ele um gestor ou um servidor de carreira execute os serviços públicos seguindo os princípios adotados pela constituição federal. Sua atuação pode ser notada na qualidade dos serviços oferecidos direto ou indiretamente ao cidadão, o qual tem a expectativa de receber o melhor atendimento no tocante aos serviços prestados pelas organizações governamentais (Cavalheiro, 2020).

Ferreira (2011) em seu estudo, identificou mais de 100 atributos de qualidade da informação, dos quais foram classificados os 40 (quarenta) mais relevantes, e esses foram divididos em três categorias, sendo: a categoria meio com 16 atributos, categoria conteúdo com 13 atributos e a categoria uso com 11 atributos, compõem a categoria uso os seguintes atributos: compatibilidade, compreensibilidade, conveniência, importância, interpretabilidade, pertinência, relevância, significância, suficiência, utilidade e valor informativo. No decorrer desse estudo realizou-se uma correlação dos 11 atributos citados acima pertencentes a categoria uso, com as finalidades elencadas nas dimensões do ranking.

1.2 Informações contábeis e fiscal governamental

As informações contábeis divulgadas possuem o objetivo de reduzir a assimetria informacional e auxiliar no monitoramento de contratos, adicionalmente, uma das características qualitativas da informação contábil é a de que a mesma deve ser relevante para o usuário, contendo valor e conteúdo significativo (Lopes & Martins, 2005).

Seguindo esse raciocínio, Iudícibus e Marion (2006), afirmam que uma informação contábil de melhoria deve possuir algumas características tais como: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade. Atualmente foram acrescentadas as chamadas características fundamentais qualitativas da informação contábil, que são: Verificabilidade e tempestividade (CPC 00, 2011).

De acordo com Cruz e Ferreira (2008), o valor à informação é atribuído não só pela quantidade que é fornecida, mas pela sua utilidade e pela compreensão que o usuário tem da mesma. As informações disponibilizadas, além de compreensíveis aos usuários, devem ter a capacidade de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas.

No conceito de Valente (2014), a informação contábil inserida no contexto específico de uso pelos analistas de mercado e profissionais de investimentos, possui valor importante para esse grupo de usuário, em termos de necessidade quanto ao uso dessas informações. As quais possuem aspectos de forma e conteúdo, a serem considerados no processo de comunicação para atingir o objetivo de gerar conhecimento no indivíduo ou grupo de interesse (Barreto, 1994).

As informações contábeis são essenciais para as organizações, tanto públicas quanto privadas, com elas as entidades podem direcionar o caminho que percorrerão e ajustar possíveis erros que encontrarem (Maciel & Callado, 2019).

Para Moura, Franz e Cunha (2015), a análise da qualidade da informação contábil vem ocupando lugar de destaque entre os temas atuais no estudo da teoria da contabilidade, pois, ao evidenciar informação qualidade se reduz o grau de incerteza, a assimetria da informação e ocorre ainda, a melhoria da eficiência do órgão público.

No âmbito da administração pública, os impactos sobre a utilidade da informação contábil tomam maior proporção, uma vez que existe um maior nível de complexidade nas relações com as diversas partes interessadas nessa informação e além disso, a constante preocupação com a eficiência das ações de governo e a constatação de que as informações na administração pública são, por muitas vezes, distorcidas e insuficientes impõem a existência de sistemas de controles internos adequados que permitam a redução da assimetria da informação nas relações de agência (Cavalcante & Luca, 2013).

Para Herbest (2010), as novas informações contábeis do setor público ou governamental proporcionam um maior *disclosure* das contas públicas, pois seu foco é na informação patrimonial, baseando-se assim na evidenciação. Essa promoção

da prestação de contas ocorre por meio de uma maior transparência, que os profissionais de contabilidade chamam de objetivo explícito. Essas informações são processadas pelos sistemas de informação governamentais.

1.3 Sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro (SICONFI)

O SICONFI foi desenvolvido como um instrumento para, dentre outros objetivos, facilitar a produção e análise e interpretação das informações contábeis e fiscais, padronizar os mecanismos de consolidação e aumentar a qualidade e confiabilidade das informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais recebidas dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União (SERPRO, 2020).

A expectativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o SICONFI é que o mesmo funcione como uma ferramenta para ampliar a transparência da gestão pública, modernizar as práticas contábeis internas, auxiliar os gestores nas tomadas de decisões e estimular o exercício da cidadania por meio do controle social (Brasil, 2019).

O referido sistema constitui-se de duas interfaces com finalidades distintas: I. a chamada área pública, de livre navegação, que é acessível a qualquer interessado; e II. a área restrita, privativa de usuários cadastrados. A área pública é um canal de comunicação com os entes da federação e a sociedade, nela é possível verificar informes contábeis relacionados ao setor público brasileiro, notícias, vídeos, calendários. Por outro lado, a área restrita destina-se ao envio de informações por parte do ente público onde somente os usuários responsáveis por enviar as informações conseguem acessá-las, posteriormente são disponibilizadas ao público. As funcionalidades lá contidas referem-se à gestão, feita pelo ente federativo, englobando tudo o que envolve o envio de informações (CNMP, 2015a).

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2015), há diferença tecnológica do Siconfi em relação ao antigo Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), o qual não foi capaz de acompanhar demandas referentes à transparência na disponibilização dos dados, além de apresentar problemas relacionados à validação e ao processamento de informações, pois segundo Pascoaloto (2018), o Siconfi é um aplicativo, por meio do qual os órgãos públicos prestam contas para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e foi desenvolvido em função da necessidade de implantação de um plano de contas único, e como vantagem destaca-se a padronização na contabilização dos registros orçamentários, por meio qual o STN emite a publicação do Balanço do Setor Público Nacional. (BSPN).

Em 2020, o Siconfi superou o patamar de 100 mil matrizes de saldos contábeis recebidas, um feito que consolida cada vez mais o sistema como um instrumento altamente eficaz no recebimento e compartilhamento de informes contábeis e fiscais oriundos de poderes e órgãos da federação endereçados à União, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Esta é uma marca expressiva que em muito corrobora a expectativa da Secretaria do Tesouro Nacional de transformar o Siconfi em uma ampla ferramenta de transparência e controle social (Tesouro, 2020).

O Tesouro Nacional vem trabalhando para melhorar cada vez mais a qualidade e para aumentar a disponibilidade dessas informações para que a sociedade brasileira possa ter uma visão ampla sobre estoque e composição das dívidas dos entes, dois indicadores importantes de sua saúde financeira. Esse esforço passa, principalmente, pela ampliação do uso dos dados do Siconfi e pela melhoria de sua coleta, por meio da Matriz de Saldos Contábeis (Tesouro, 2020).

1.3.1 Dimensões do ranking

Conforme o Tesouro Nacional (2020), o ranking da qualidade da informação é dividido em 04 (quatro) dimensões de avaliação e cada uma dessas dimensões reúne um conjunto de verificações que tem o mesmo objetivo ou sejam relacionadas às mesmas informações, implementadas progressivamente ao longo dos anos incorporando conceitos evidenciados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) nas instruções e guias de preenchimento do Siconfi (INDES, 2020).

O Quadro 1, a seguir apresenta o significado dos atributos de uso da informação propostos por Ferreira (2011), esses atributos estão inclusos nas finalidades das dimensões do *ranking*.

Quadro 1- Atributos de uso da qualidade de informação.

Atributos	Significado
Compatibilidade	Refere-se a adequação ou congruência da informação aos propósitos pretendidos.
Relevância	É a propriedade que identifica o valor, interesse ou a implicação da informação para o fim que se propõe.
Conveniência	É a propriedade da informação a ser adequada e oportuna aos fins almejados.
Importância	Refere-se a propriedade da informação ser indispensável para uma ação ou tomada de decisão.
Utilidade	É a propriedade da informação de possuir algum uso (qualifica como útil ou inútil).
Interpretabilidade	Refere-se ao grau de dificuldade que o usuário pode apresentar para compreender, usar corretamente e analisar a informação fornecida.
Significância	É o atributo da informação que indica seu valor ou sentido para um fim tensionado.
Valor Informativo	É a capacidade de fornecer dados e informação significativos para o fim almejado.
Compreensibilidade	É a capacidade da informação ser compreendida, apreendida, entendida.
Pertinência	Refere-se a aplicabilidade da informação em relação ao que está sendo considerado ou discutido, indica que possui influência sobre o assunto em questão.
Suficiência	É a propriedade que se refere à satisfatoriedade da informação fornecida para o fim a que se propõe.

Fonte: Ferreira (2011).

As dimensões de qualidade da informação contábil, e sua respectiva finalidade adotadas pelo Siconfi estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - As Dimensões do Ranking e Atributos de Qualidade da informação.

Dimensões	Finalidade
Dimensão I - Gestão da Informação	Verificar o comportamento dos entes no envio das informações. Ex: envio de todas as declarações, cumprimento de prazo, quantidade de retificações etc.
Dimensão II – Contábil	Avaliar os dados contábeis recebidos. Ex: adequação às regras do MCASP, consistência entre os demonstrativos etc.
Dimensão III – Fiscal	Avaliar os dados fiscais recebidos, Ex: adequação a regras do MDF, consistência entre os demonstrativos etc.
Dimensão IV – Contábil x Fiscal	Efetuar o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais recebidos.

Fonte: Adaptado de Tesouro (2020).

As verificações englobam conceitos evidenciados no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, no Manual de Demonstrativos Fiscais e nas Instruções e Guias de preenchimento do Siconfi. Já a pontuação no ranking é calculada com base na média geral de acertos e no desvio-padrão, e leva em conta quatro dimensões de avaliação: O ranking soma-se, assim, a uma série de iniciativas que vêm sendo conduzidas pelo Tesouro Nacional para melhorar a disponibilização e a qualidade da informação contábil de toda a Federação (Brasil, 2019).

Ressalta-se que há uma estimativa para 2021 da criação de verificações dos dados das Matrizes de Saldos Contábeis, e está sendo avaliado se será uma nova dimensão ou se essas verificações serão inseridas nas dimensões atuais. Além das novas implantações com níveis de complexidade e exigência maiores, cabe destacar que, seguindo a sistemática adotada até o momento, ressalta-se que não serão divulgadas previamente, bem como as equações propriamente ditas, não excluindo a etapa de consulta pública (Tesouro, 2020). Nota-se que as implementações seguem sendo estudadas cada detalhe o que possibilitará uma maior clareza e transparência aos cidadãos e todos os interessados

2. Metodologia

Pesquisa de natureza aplicada, com utilização de fontes secundárias e bibliográficas, com abordagem qualitativa, dedutiva quanto ao método e exploratória no tocante a finalidade. Segundo Gil (2008, p. 45) pesquisa é definida: “como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

A pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas

descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento e tem como a finalidade a prática, sendo motivada ou não por uma necessidade (Gil, 2008; Vergara, 2010).

A abordagem qualitativa trata-se de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, versa sobre a qualidade dos processos que não podem ser examinados ou medidos em termos de quantidade e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento (Marconi & Lakatos, 2010).

De acordo com Gil (2008, p. 28) “O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular”. Neste caso específico partiu-se de informações a nível nacional, para extrair as particularidades do Estado de Rondônia.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias (Gil, 2008).

A pesquisa é bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e os dados foram coletados de fontes secundárias, a partir das informações do governo federal disponibilizadas pelo Ministério da Economia do Brasil e referem-se ao exercício de 2020, especificamente pela secretaria do tesouro nacional que foi criado com o objetivo de proporcionar maior transparências as contas públicas. Com vistas a elucidar os a finalidade de cada uma das dimensões propostas ao significado dos atributos de uso da informação oriundos da Ciência da Informação.

2.1 Dados e métodos

Os dados foram coletados no sítio do tesouro nacional em 02 (duas) etapas:

- I. *Ranking* dos estados brasileiros com estratificação de Rondônia e análise por grau de qualidade da informação;
- II. *Ranking* dos municípios de Rondônia com estratificação por grau de qualidade da informação.

A escala geral de pontuação para Estados e Municípios apresentada na Tabela 1 foi utilizada como parâmetro para aferição do grau de qualidade da informação do estado de Rondônia e demais estados da federação.

A Tabela 1 apresenta a escala geral de pontuação para cada dimensão, tanto para os Estados quanto para os Municípios.

Tabela 1 - Escala de pontuação por dimensão de qualidade da informação.

Dimensões	Itens de Análise	Escala de Pontuação Estadual	Escala de Pontuação Municipal
Dimensão I	Gestão da Informação.	15	12
Dimensão II	Informações Contábeis.	29	24
Dimensão III	Informações Fiscais.	12	12
Dimensão IV	Informações Contábeis X informações Fiscais.	12	12
Total		68	60

Fonte: Adaptado de (Brasil, 2020a)¹.

O ranking estadual compara o desempenho dos Estados e do Distrito Federal em 04 (quatro) dimensões de avaliação de qualidade da informação e cada dimensão possui uma escala específica de pontuação, onde por meio do somatório de acertos, dividido pelo total das 04 dimensões, obtém-se o percentual de acerto de cada Estado/Município.

A recuperação dos dados por parte do usuário ocorre através de busca posicionando o cursor sobre o dado a ser pesquisado. Desse modo, foi possível obter a pontuação dos estados brasileiros, do estado de Rondônia e de seus municípios,

¹ Idem.

por dimensão, bem como as médias e desvios padrão para cada dimensão.

Nota-se que para cada dimensão existe uma escala de pontuação específica por meio da qual são mensuradas as informações fornecidas pelos entes públicos e que após processadas indicam a posição dos mesmos no ranking. Observa-se, ainda, que a escala de pontuação para os estados e dos municípios são divergentes nas dimensões I e II, ou seja, gestão da informação e Informações contábeis. Porém coincidentes para as dimensões III e IV respectivamente, isto implica que nos quesitos referentes às informações fiscais e no tocante ao cruzamento das informações contábeis e fiscais dos estados e municípios são avaliados com os mesmos critérios.

Tabela 2 – Grau de qualidade da informação por Estado.

Pontos	Estado	Parâmetro
61 a 68	Excelente	≥ 90%
51 a 61	Muito Bom	≥75 < 90%
40 a 51	Bom	≥ 60 < 75%
34 a 40	Regular	≥ 50 < 60%
0 a 33	Sem qualidade	< 50%

Fonte: Adaptado de Batista Neto *et al* (2019).

Tabela 3 – Grau de qualidade da informação por Município.

Pontos	Município	Parâmetro
54 a 60	Excelente	≥ 90%
45 a 54	Muito Bom	≥75 < 90%
36 a 45	Bom	≥60 < 75%
30 a 36	Regular	≥ 50 < 60%
0 a 29	Sem qualidade	< 50%

Fonte: Adaptado de Batista Neto *et al* (2019).

As tabelas foram elaboradas para sintetização da aferição do grau de qualidade de informação contábil, conforme escala de porcentagem, para os estados e também para os municípios, sendo dispostos da seguinte forma: Excelente (maior ou igual a 90%); Muito bom (maior ou igual a 75% e menor que 90%); Bom (maior ou igual a 60% e menor que 75%); Regular (maior ou igual a 50% e menor que 60%); Sem qualidade (menor que 50%). Considerando a mensuração dos critérios das características e os níveis de classificação (Batista Neto *et al*, 2019).

3. Resultados e Discussão

Ao analisar o significado dos atributos de uso da informação listados por Ferreira (2011), compreendemos que a correlação se dá conforme exposta no Quadro 03.

Quadro 3- Dimensões, Atributos e Finalidades da qualidade da informação.

Dimensões	Atributo CI	Finalidade
Dimensão I - Gestão da Informação	Compatibilidade, Relevância.	Verificar o comportamento dos entes no envio das informações. Ex: envio de todas as declarações, cumprimento de prazo, quantidade de retificações etc.
Dimensão II – Contábil	Conveniência, Importância, Utilidade.	Avaliar os dados contábeis recebidos. Ex: adequação às regras do MCASP, consistência entre os demonstrativos etc.
Dimensão III – Fiscal	Interpretabilidade, significância, Valor Informativo	Avaliar os dados fiscais recebidos, Ex: adequação a regras do MDF, consistência entre os demonstrativos etc.
Dimensão IV – Contábil x Fiscal	Compreensibilidade, Pertinência, suficiência.	Efetuar o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais recebidos.

Fonte: Autores (2021).

Desse modo, entendemos que os atributos oriundos da Ciência da Informação foram considerados para elaboração da finalidade de cada uma das dimensões.

A Tabela 4 evidencia o ranking de qualidade da informação dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros e Distrito Federal, com destaque para o estado de Pernambuco o qual ocupa a 1ª colocação no ranking com pontuação total de 226, 8 (duzentos e

vinte e seis pontos e oito décimos).

Tabela 4 - Ranking de qualidade da informação dos estados brasileiros.

Estados	Posição ranking	Dimensão I	Dimensão II	Dimensão III	Dimensão IV	Total	%	Pontuação ranking
Pernambuco	1	14,4	28	11	11	64,4	94,7	226,8
Santa Catarina	2	14,4	28	10	12	64,4	94,7	225,5
Paraíba	3	14,6	29	9	11	63,6	93,5	221,1
Rondônia	4	14,4	28	9	12	63,4	93,2	220,9
Acre	5	14,8	25	10	11	60,8	89,4	220,0
Mato Grosso do Sul	6	13,9	27	11	10	61,9	91	217,8
Amazonas	7	13,6	28	11	10	62,6	92,1	217,2
Pará	8	14,1	29	8	12	63,1	92,8	215,7
Espírito Santo	9	13,3	27	11	10	61,3	90,1	213,0
Goiás	10	14,1	23	11	10	58,1	85,4	212,1
Bahia	11	14,5	29	10	7	60,5	89,0	211,8
Rio Grande do Sul	12	14,8	28	7	11	60,8	89,4	211,6
Minas Gerais	13	14,3	26	8	10	58,3	85,7	205,3
Mato Grosso	14	13	28	8	12	61	89,7	205,1
Piauí	15	14,1	24	9	10	57,1	84,0	204,8
Distrito Federal	16	13,8	27	9	9	58,8	86,5	204,5
Paraná	17	13,2	27	9	10	59,2	87,1	203,0
Rio Grande do Norte	18	12,2	27	9	12	60,2	88,5	201,6
Ceará	19	14,3	28	7	9	58,3	85,7	201,1
Tocantins	20	14,2	28	9	5	56,2	82,6	196,5
Rio de Janeiro	21	13,1	27	10	6	56,1	82,5	193,8
Alagoas	22	12,5	28	7	11	58,5	86,0	193,3
Sergipe	23	13,8	25	8	8	54,8	80,6	193,1
São Paulo	24	13,4	25	8	8	54,4	80,0	189,9
Maranhão	25	13,8	28	7	4	52,8	77,6	180,9
Amapá	26	13,8	20	9	3	45,8	67,4	172,4
Roraima	27	8,3	0	0	0	8,3	12,2	45,1

Fonte: Adaptado de BRASIL, (2020a), em 21 Maio 2021.

Rondônia que ocupa a 4^a (quarta) posição no ranking nacional com pontuação de 220,9 (duzentos e vinte e nove pontos e nove décimos). Nota-se que o Estado de Rondônia cumpriu com as obrigações do fornecimento das informações contábeis e fiscais perante ao Siconfi, pois o Estado possui acertos significantes em todas as dimensões, e na colocação geral do ranking ocupa o 4^o lugar, perdendo apenas para os Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Paraíba, deixando para trás estados mais antigos e tradicionais como Goiás e Espírito Santo, entre outros. O que demonstra comprometimento e transparência com as contas públicas.

Ao analisarmos o estado de Rondônia com o estado de Pernambuco o qual ocupa a 1^a (primeira) colocação, percebe-se que no tocante a média de acertos divergem por apenas 1(um) ponto, o que em termos percentuais representa 1,5% (um e meio por cento), com a diferença de pontuação no ranking de 5,8 (cinco pontos e oito décimos) apenas. Com relação ao segundo colocado, nota-se uma diferença ainda menor.

Ao compararmos com o estado da Paraíba, pode-se dizer que se encontra praticamente empatado na pontuação com estado de Rondônia, tendo em vista que os números podem sofrer atualizações diariamente.

Observa-se que Estado de Rondônia apresenta a nota máxima na dimensão II, a qual tange acerca das informações contábeis e menor desempenho no tocante a dimensão III, equivalente ao envio das informações fiscais, especificamente. Acredita-se que o desempenho da dimensão III, seja o ponto a que trouxe o Estado para a colocação atual, melhorando o desempenho nesse quesito para o próximo ano, espera-se que Rondônia ocupe o topo do ranking.

No tocante análise, considerando os atributos de qualidade da Ciência da Informação e os parâmetros desenvolvidos para esta análise (Tabelas 2 e 4), nota-se uma significativa colocação da maioria dos estados brasileiros no que tange a qualidade da informação, pois ao analisarmos percebe-se que os estados que ocupam as posições do 1^o (primeiro) ao 9^o (nono) pelos critérios do Siconfi, todos enquadram-se no nível de qualidade de informação considerado excelente, quando analisados

à luz dos parâmetros estabelecidos na metodologia por Batista Neto et al (2019), possuindo acertos percentuais acima de 90%. Logo após aparecem os estados com nível de qualidade de informação considerada muito bom do 10º(décimo) ao 25º(vigésimo quinto) colocado, pontuação acima de 75% e abaixo de 90%. Esses achados corroboram com o estudo de Batista Neto et al (2019), que ao mensurar o Índice de Qualidade da Informação Contábil (IQIC) tomando por base as características da informação contábil realizada no portal de informações da prefeitura de Manaus/AM, os índices apontaram um percentual médio de 89%, ou seja, classificada como muito bom.

Seguido pelo estado do Amapá com 67,4%, atribuição de nível de qualidade bom e por último o estado de Roraima com apenas 12,2% de acertos, sendo considerado sem qualidade de informação, ou seja, além de não ter atendido às dimensões do Siconfi, estão enquadrados como um Estado que apresenta relatórios com baixa qualidade informacional.

Percebe-se uma grande diferença de pontuação do último colocado no ranking dos estados (Roraima) para os demais, tal fato dar-se em razão do mesmo não pontuar e/ou não oferecer informações suficientes para obter pontuação nas dimensões II, III e IV.

Nota-se, contudo, que uma diferença de pontuação dentre os 05 (cinco) estados piores colocados no ranking, do 23º (vigésimo terceiro) para o 26º (vigésimo sexto) é de 20,7 (vinte pontos e sete décimos), um distanciamento grande ao observarmos os primeiros colocados que do 1º (primeiro) ao 5º(quinto) a diferença é de apenas 6,7 (seis pontos e sete décimos). Ou seja, observa-se que os estados que estão nas piores colocações possuem uma diferença crescente no tocante a pontuação.

Ao observarmos o ranking de qualidade da informação dos municípios do Estado de Rondônia, o município de Santa Luzia d'Oeste destaca-se em primeiro lugar no ranking da qualidade da informação com 236,8 (duzentos e trinta e seis pontos e oito décimos), seguido pelos municípios de Cerejeiras com 236,1 (Duzentos e trinta e seis pontos e um décimo), Ji-Paraná com 234,4 (Duzentos e trinta e quatro pontos e 4 décimos), tecnicamente empatado com o município de Alto Alegre dos Parecis. Destaca-se que os quatro municípios melhores posicionados alcançaram pontuação máxima na dimensão IV, que apresenta resultados oriundos do cruzamento das informações contábeis e fiscais recebidas.

Complementarmente, acrescentamos e o município de Santa Luzia d'Oeste possui uma população estimada de 6.216 (seis mil, duzentos e dezesseis habitantes), e uma área territorial de 1.197.796 km² (Um milhão, cento e noventa e sete mil, setecentos e noventa e seis quilômetros quadrados), Cerejeiras com 16.204 (Dezesseis mil, duzentos e quatro habitantes), com espaço territorial de 2.783.300 km² (Dois milhões, duzentos e oitenta e três mil e trezentos quilômetros quadrados) e Ji-Paraná com 130.009 (cento e trinta mil e nove habitantes) e uma área de unidade territorial de 6.896.649 km² (Seis milhões oitocentos e noventa e seis mil e seiscentos e quarenta e nove quilômetros quadrados). (IBGE, 2020).

A tabela a seguir mostra o contingente populacional e área territorial dos 05 (cinco) municípios melhores posicionados no ranking e também dos 05 (cinco) piores.

Tabela-5 Quantidade de habitantes e área territorial.

Colocação	Município	Habitantes	Área territorial km ²
1°	Santa Luzia d'Oeste	6.216	1.197.796
2°	Cerejeiras	16.204	2.783.300
3°	Ji-Paraná	130.009	6.896.649
4°	Alto Alegre dos Parecis	13.255	3.958.273
5°	Pimenta Bueno	36.881	6.241.016
48°	Ouro Preto d'Oeste	35.737	1.969.850
49°	Rolim de Moura	55.407	1.457.811
50°	Candeias do Jamari	27.388	6.843.868
51°	Corumbiara	7.220	3.060.321
52°	Rio Crespo	3.804	1.717.640

Fonte: IBGE, (2020).

A partir da tabela 5, percebe-se que a qualidade da informação contábil não possui correlação com a quantidade de habitantes que o município possui e tão pouco com a área territorial. O Município de cerejeiras obteve boa pontuação nas dimensões II, III, e IV, no entanto na dimensão I obteve um desempenho menor. Essa dimensão está relacionada a gestão da informação. Já o município de Ji-Paraná obteve menor desempenho nas dimensões II e III que se relacionam às informações contábeis e fiscais, respectivamente. Cabe destacar que o referido município obteve pontuação máxima na dimensão IV que se refere ao cruzamento entre informações contábeis e fiscais.

Nota-se que os municípios de Ji-Paraná, Alto Alegre dos Parecis e Pimenta Bueno que ocupam as 3ª (terceira), 4ª (quarta) e 5ª (quinta) colocação no ranking rondoniense respectivamente possuem praticamente a mesma pontuação, oscilando as colocações por alguns décimos.

Ao analisarmos as Tabelas 3 e 6, observa-se que os municípios rondonienses que ocupam até a 10ª (décima) colocação possuem nível de qualidade de informação considerada excelente, alta, pois obtiveram acertos percentuais acima de 90%. Os municípios que possuem colocações entre 11ª(décima primeira) e 40ª(quadragésima), possuem níveis de qualidade de informação considerada muito bom, o que demonstra responsabilidade e transparência com os cidadãos pois os acertos percentuais estão entre 75% e 90%, esse resultado comporta mais da metade da amostra, ou seja, 30(trinta) dos 52(cinquenta e dois) municípios rondonienses.

Ressalta-se que apenas os três últimos colocados de acordo com o percentual de acertos adquiridos foram classificados sem qualidade de informação, uma vez que não atingiram 50% de acertos.

Tabela 6 - Ranking de qualidade da informação dos municípios rondonienses.

Municípios	Posição ranking	Dimensões				Total	Total%	Pontuação ranking
		I	II	III	IV			
Santa Luzia D'Oeste	1	10,7	23	11	12	56,7	94,5	236,8
Cerejeiras	2	9,8	23	12	12	56,8	94,7	236,1
Ji-Paraná	3	11,5	21	10	12	54,5	90,8	234,4
Alto Alegre dos Parecis	4	10,2	23	11	12	56,2	93,7	234,4
Pimenta Bueno	5	11,5	22	11	10	54,5	90,8	234,3
Porto Velho	6	9,4	22	12	12	55,4	92,3	233,0
Costa Marques	7	10,8	22	10	12	54,8	91,3	232,4
Vale do Paraíso	8	11	21	10	12	54	90	232,1
Primavera de Rondônia	9	8,8	23	12	12	55,8	93	231,4
Teixeirópolis	10	10,2	22	11	11	54,2	90,3	230,7
Cabixi	11	9,7	22	11	11	53,7	89,5	228,4
Campo Novo de Rondônia	12	9,3	21	11	12	53,3	88,8	227,7
Monte Negro	13	10,2	23	9	12	54,2	90,3	227,3
Espigão D'Oeste	14	10,3	22	11	9	52,3	87,2	226,3
Chupinguaia	15	10,5	22	10	10	52,5	87,5	226,1
Mirante da Serra	16	10,5	23	8	12	53,5	89,2	225,1
Itapuã do Oeste	17	8,6	21	11	12	52,6	87,7	224,4
Cacoal	18	11,6	22	8	10	51,6	86	224,1
Cujubim	19	10,5	22	10	9	51,5	85,8	223,6
Presidente Médici	20	10,1	22	10	9	51,1	85,2	221,7
São Felipe D'Oeste	21	11,1	22	10	7	50,1	85,2	221,5
Governador Jorge Teixeira	22	9,5	23	9	11	52,5	87,5	221,5
Urupá	23	10,8	22	10	7	49,8	83	220,1
Parecis	24	10,2	23	11	6	50,2	83,7	219,7
São Francisco do Guaporé	25	10	23	7	12	52	86,7	219,1
Nova Mamoré	26	10,5	21	7	12	50,5	84,2	219,0
Jarú	27	10,9	22	8	9	49,9	83,2	218,3
Nova União	28	8,8	21	9	12	50,8	84,7	218,2
Guajará-Mirim	29	10,1	22	11	6	49,1	81,8	218,0
Machadinho D'Oeste	30	8,8	22	10	9	49,8	83	215,6
Ariquemes	31	9,8	22	9	8	48,8	81,3	214,3
Seringueiras	32	11,1	21	10	4	46,1	76,8	212,9
Pimenteiras do Oeste	33	8,9	21	10	8	47,9	79,8	212,4
Colorado do Oeste	34	9,8	22	9	7	47,8	79,7	211,8
Buritis	35	9,8	20	12	3	44,8	74,7	210,3
Alto Paraíso	36	9,7	19	10	6	44,7	74,5	208,8
Ministro Andreazza	37	10	22	9	5	46	76,7	207,8
Alta Floresta D'Oeste	38	9,5	20	8	8	45,5	75,8	206,8
Cacaulândia	39	8,7	20	11	4	43,7	72,8	204,0
Vale do Anari	40	8,2	21	9	7	45,2	75,3	203,1
Novo Horizonte do Oeste	41	9,2	20	10	4	43,2	72	202,7
Vilhena	42	10,3	21	9	2	42,3	70,5	200,6
Theobroma	43	8,8	21	8	5	42,8	71,3	197,3
Castanheiras	44	9,2	19	9	3	40,2	67	195,4
Nova Brasilândia D'Oeste	45	9,2	21	8	3	41,2	68,7	194,3
São Miguel do Guaporé	46	9,2	19	9	2	39,2	65,3	193,0
Alvorada D'Oeste	47	9	22	4	8	43	71,3	192,6
Ouro Preto d'Oeste	48	8,3	20	7	1	36,3	60,5	180,4
Rolim de Moura	49	8	17	9	0	34	56,7	180,0
Candeias do Jamari	50	6,6	0	9	0	15,6	26	152,2
Corumbiara	51	6,5	0	9	0	15,5	25,8	151,8
Rio Crespo	52	4	0	0	0	4	6	107,7

Fonte: Adaptado de BRASIL, (2020a), em 21 Maio 2021.

Dentre os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia, aparecem com as 05 (cinco) piores colocações no ranking de qualidade da informação: Ouro Preto d'Oeste, ressalta-se que este município possui uma população de 35.737 (Trinta e Cinco mil e setecentos e trinta e sete), Rolim de Moura com uma população de 55.407 (Cinquenta e cinco mil e quatrocentos e sete), Candeias do Jamari com 27.388 (Vinte e Sete, trezentos e oitenta e oito) habitantes, Corumbiara que possui 7.220 (Sete mil duzentos e vinte) pessoas em seu contingente populacional e em última colocação o município de Rio Crespo com uma população de 3.804 (três mil oitocentos e quatro) pessoas.

Destaca-se que os três municípios últimos não apresentaram informações ou não apresentaram as informações

requeridas de modo aceitável, nas dimensões II e IV, que correspondem a informações contábeis e informações contábeis versus fiscais, respectivamente. Ressalta-se que o último colocado, o município de Rio Crespo, também não apresentou informação correspondente a dimensão III, que fornece os dados relativos às informações fiscais.

Nota-se que o município de Rolim de Moura apesar de não obter acertos na dimensão IV e aparece tecnicamente empatado com o município de Ouro Preto d'Oeste que obteve somente 1 (um) ponto.

Observou-se que dentre os cinco municípios do Estado com pior colocação, pontuaram na dimensão I (gestão da informação) e que apenas o município de Ouro Preto d'Oeste conseguiu notas em todas as dimensões, os demais: Candeias do Jamari, Corumbiara e Rio Crespo não atenderam a dimensão II (informação contábil), sendo que este último também teve sua pontuação zerada na dimensão III, correspondente às informações fiscais.

4. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a qualidade da informação contábil e fiscal governamental, por meio de pesquisa exploratória a partir de fontes secundárias e bibliográficas, com abordagem qualitativa e método dedutivo. No que tange ao problema buscou-se entender se a posição no ranking de qualidade da informação contábil possui correlação com o porte e número de habitantes.

Constatou-se que o Estado de Rondônia ocupa a 4ª (quarta) colocação no ranking dos estados brasileiros no tocante a evidenciação das informações contábeis e fiscais governamentais, abaixo apenas dos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Paraíba e que a posição do estado de Rondônia está acima de estados mais antigos, com maior contingente populacional, tecnicamente mais avançados, tais como: Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, entre outros. Desse modo, percebeu-se que a qualidade da informação contábil governamental entre os estados não possui correlação com a quantidade de habitantes que o município possui e tão pouco com a área territorial.

Os 10 (dez) municípios melhores colocados no ranking enquadraram-se no grau de qualidade alta conforme parâmetros elaborados por Batista Neto et al (2019), (Tabelas 2 e 4), uma vez que possuem mais de 90% de acertos no tocante ao envio de informações.

No tocante aos municípios rondonienses, notou-se que os municípios de Santa Luzia d'Oeste, Cerejeiras e Ji-Paraná, são os mais bem colocados no ranking. Vale destacar, que Santa Luzia d'Oeste e Cerejeiras são municípios de pequeno porte. Identificou-se que os municípios de Candeias do Jamari, Corumbiara e Rio Crespo, são os municípios de Rondônia que ocupam as piores colocações.

Complementarmente, foi pesquisada a quantidade estimada de habitantes e a área de unidade territorial (Tabela 5) dos referidos municípios e constatou-se que a qualidade da informação também não está relacionada ao porte do município, a exemplo do município de Santa Luzia d'Oeste, que é o primeiro colocado e possui um contingente populacional e área bem menor que muitos municípios que obtiveram colocações bem abaixo, no caso: Ji-Paraná, Candeias do Jamari, Corumbiara e outros. Esse achado confirma a mesma situação dos estados brasileiros, pois, a qualidade da informação contábil governamental entre os municípios rondonienses não possui correlação com a quantidade de habitantes, tampouco com a área territorial.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se investigar os fatores determinantes para a qualidade da qualidade da informação governamental a exemplo de orçamento, formação acadêmica e técnica da equipe, capacitação e fiscalização, dentre outras, uma vez que não se relaciona com o porte do estado ou município.

Referências

- Andrade, L. M. N. (2020). *Regime de informação do sistema de governança corporativa: um enfoque na qualidade da informação contábil*. 2020. 234fl. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.
- Araújo, M. H. et al. (2012). *Dados Governamentais Abertos: Uma análise sob a ótica das dimensões de Qualidade da Informação*. EnANPAD. Rio de Janeiro. http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_ADI2274.pdf.
- Araújo, R. H. M.; & Callado, A. A. C. (2017). *Características Qualitativas da Informação Contábil: A Percepção de Profissionais de Controle Interno do Setor Público*. XVII Congresso USP. <https://congressosp.fipecafi.org/anais/17UspInternational/ArtigosDownload/169.pdf>.
- Barbosa, E. F. (2000). *Sete Ferramentas do Controle de Qualidade: gerência da qualidade total na educação*. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, UFMG.
- Barreto, A. A. A. (1994). *Questão da Informação*. *Revista São Paulo em Perspectiva*. Fundação Seade, v.8, n.4. <http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>.
- Batista Neto, A. P. et al. (2019). *Transparência ativa: qualidade das informações contábeis divulgadas no Portal de Transparência da Prefeitura de Manaus/AM*. <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/3192/1/Transpar%C3%A7%C3%A3o%20ativa%20qualidade%20das%20informa%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis%20divulgadas%20no%20Portal%20de%20Transpar%C3%A7%C3%A3o%20da%20Prefeitura%20de%20Manaus-AM.pdf>.
- Brasil. (2011). *Lei n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm.
- Brasil. Ministério Da Economia. Tesouro Nacional Transparente. (2019). *Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal estadual no Siconfi*. Brasília: out. <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/10/tesouro-lanca-ranking-da-qualidade-da-informacao-contabil-e-fiscal-estadual>.
- Brasil. Ministério Da Economia. Tesouro Nacional Transparente. (2020a). *Ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi*. Brasília. <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>.
- Caridade, A. V. S. (2012). *Estratégias corporativas para a sustentabilidade: estudos de casos múltiplos* - Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-20082012-185806/publico/AnneliseVendraminiSCaridadeVC.pdf>.
- Cavalcante, M. C. N.; & Luca, M. M. M. (2013). *Controladoria como instrumento de governança no setor público*. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília. <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/138/712>.
- Cavalheiro, A. (2020). *Qualidade da Informação no setor público. Aplicação da casa da Qualidade na Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/216304/PEGC0645-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>.
- Cintrão, L. P.; & Bizelli, J. L. (2013). *Sistema de Informação Governamental Para monitoramento de avaliação das Políticas Públicas: Quadro de Desafios e Perspectivas de Avanços*. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*. Número 5 Janeiro-Junho. <https://www.rbval.org.br/article/10.4322/rbma201305004/pdf/1598015026-5-48.pdf>.
- CNMP - Conselho Nacional Do Ministério Público. (2015). *Siconfi é tema de debate no 6º Congresso Brasileiro de Gestão do MP*. Brasília: set. <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/8705-siconfi-e-tema-de-debate-no-6-congresso-brasileiro-de-gestao-do-mp?highlight=WyJzaWNvbmZpIl0=>.
- CNMP - Conselho Nacional Do Ministério Público. (2015a). *Convergência institucional: foco no cidadão e transformação social*. Palestra. Brasília. https://www2.cnmp.mp.br/portal/images/Palestras/Siconfi_Transparencia_Modernizacao_das_financas_p%C3%A7%C3%B5esPRATICAS_INOVADORAS_DE_GEST%C3%83O_E_OR%C3%87AMENTO_II.pdf.
- CPC - Comitê De Pronunciamentos Contábeis. (2011). *Pronunciamento Conceitual Básico. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília. <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>.
- CRC-MG, (2020). Disponível em: <http://crcmg.org.br/noticia/ver/id/4294/n/por-assessoria-de-comunicacao-do-crcmg>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- Cruz, C. F.; & Ferreira, A. C. S. (2008). *Transparência na elaboração, execução e prestação de contas do orçamento municipal: Um estudo em um município brasileiro*. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro. <http://www.publicacoes.uerj.br/index.php/rmccuerj/article/view/5543/4031>.
- Ferreira, O. C. A. (2011). *Atributos de Qualidade da Informação*. Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9501>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.Ed. São Paulo: Atlas. ISBN 978-85-224-5142-5.
- Herbest, F. G. (2010). *Regime de Competência no Setor Público: A Experiência de Implementação de Diversos Países*. IV Congresso ANPCONT. Natal/RN, Junho.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. <https://cidades.ibge.gov.br/>.
- INDES – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. (2020). *STN divulga ranking da qualidade da informação contábil e fiscal dos Municípios no Siconfi*. 2020. <http://indes.com.br/noticia-86>.

- Iudícibus, S.; & Marion, J. C. (2006). *Introdução a Teoria da Contabilidade Para Nível de Graduação*. 4.Ed. São Paulo: Atlas. ISBN 85-224-4330-0.
- Lopes, A. B. (2002). *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. ISBN 85-221-0285-6.
- Lopes, A. B.; & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: Uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas. ISBN 85-224-4166-9.
- Maciel, E. T. P.; & Callado, A. A. (2019). *Organização das informações contábeis referente às questões ambientais: uma abordagem qualitativa*. In: Anais... Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2019_NEW/ArtigosDownload/1351.pdf.
- Marconi, M. A.; & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Moreira, F. M. *et al.* (2020). *A qualidade na recuperação de dados governamentais: um estudo sobre dados de políticas públicas na internet*. Ciência da Informação, v.25, número 2, p.103-132, jun. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24121/19423>.
- Moura, G. D.; Franz, L.; & Cunha, P. R. (2015). *Qualidade da informação contábil em empresas familiares: influência dos níveis diferenciados de governança da BM&FBovespa, tamanho e independência do conselho de administração*. Revista de Controladoria e Administração, vol.60, n.2, México, abr./jun. http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0186-10422015000200423.
- Paludo, A. V. (2010). *Administração Pública: teoria e questões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pascoaloto, F. (2018). *O que é Siconfi?*, Vídeo (3:03 min.) <https://www.youtube.com/watch?v=axABHFMqw4I>.
- SERPRO - Serviço Federal De Processamento De Dados. (2016). *Serpro: Soluções e Serviços de TI, Para Empresa, Governo e Cidadão*. Vídeo (2,41 min). <https://www.youtube.com/watch?v=hpzJCwg8PFY>.
- SERPRO - Serviço Federal De Processamento De Dados. (2020). *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi)*. <http://intra.serpro.gov.br/linhas-negocio/catalogo-de-solucoes/solucoes/principais-solucoes/siconfi-sistema-de-informacoes-contabeis-e-fiscais-do-setor-publico-brasileiro>.
- SICONFI - Sistema De Informações Contábeis E Fiscais Do Setor Público Brasileiro. (2020). *Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal*. <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=27503>.
- Tesouro Nacional. (2020). *Dimensões do ranking, criação*. https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:9550.
- Valente, N. T. Z. (2014). *Qualidade da Informação Contábil na perspectiva da Ciência da Informação*. 323f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Vergara, S. C. (2010). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 12. ed. São Paulo: Atlas.